

DENÚNCIA

CEI instaurada pelo Legislativo apurará denúncias do PELC

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Na última sessão ordinária realizada nessa terça-feira, 05, pela Câmara Municipal de Vereadores de Tangará da Serra, o Legislativo definiu os membros da Comissão Especial de Investigação (CEI) que apurarão duas denúncias de supostas irregularidades do Poder Executivo. Uma delas está relacionada a efetivação do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), que foi firmado entre o Poder Executivo e o Governo Federal para atender os Distritos de Pro-

gresso, São Joaquim do Boche e San Diego. De acordo com a vereadora Azenate Fernandes (PSD), que faz parte da CEI, a denúncia relata que a União depositou o dinheiro necessário para a efetivação do programa em Tangará da Serra, porém não foi implantado pelo Executivo. “Pelas informações que tivemos, até houve teste seletivo para as pessoas trabalharem nesse programa. A denúncia informa ainda que foram contratadas algumas pessoas e comprados equipamentos”, comentou a parlamentar, ao destacar que a veracidade dessas supostas irregularidades

ainda serão averiguadas pela CEI. “Em virtude do programa não ter sido implantado aqui em nossa cidade, o Ministério dos Esportes pediu o dinheiro de volta. Vamos investigar o porque disso ter acontecido”, enfatizou. Conforme o Diário da Serra já veiculou na edição anterior, além da vereadora Azenate foram definidos como membros titulares da Comissão Especial de Inquérito os vereadores Weliton Duarte (PT) e Nilton Dalla Pria (PMDB). Na suplência ficaram Wagner Constantino (PSDB) e Romer Sator Yamashita (PSD).



Vereadores membros titulares da Comissão Especial de Investigação

PALMITAL



Mosquito da dengue transmissor da doença

“Porque não procuraram informações antes de abrir CEI?”, questiona Romer

>> **Marcos Figueiró**
Assessoria de Imprensa

Romer Japonês (PSD) disse concordar com a apuração da denúncia de eventuais irregularidades no uso de máquinas, servidores, equipamentos e recursos da Prefeitura para a execução de serviços e abertura de estradas em propriedades particulares, mas cobrou dos autores da acusação uma apuração breve que, a seu ver, deveria ter sido feita. Segundo Romer, a simples solicitação de documentos da Prefeitura iria dirimir todas as dúvidas possíveis, sem que fosse necessário gasto de dinheiro público com a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito. “A CEI já está aberta, parabéns!, mas porque não fez antes requerimento, procurando informações? (...) Eu tenho documento em mãos, que vocês poderiam ter recebido se tivessem procurado, a autorização da fazenda, para a retirada do cascalho. O Meio

Ambiente autorizou, e há farta jurisprudência dizendo que a Prefeitura pode fazer. Agora, abriu a comissão, temos que investigar, e vamos. Investigação é bom e eu concordo, mas quando é possível pedir informação antes, resolver antes, investigação só atrasa a cidade”, afirmou o vereador Romer Japonês em seu discurso essa semana na Câmara, quando foi aplaudido de pé pelos pequenos produtores presentes. O vereador lembrou ainda que do local, que consta na denúncia, foi retirado cascalho que serviu para a recuperação das estradas rurais Ararão, Bandeirantes, Linha 11 e Palmital, beneficiando os pequenos produtores rurais de Tangará da Serra. “Jamais vou me calar. Estive ali, em 2013, 2014, 2015 e este ano, pedindo para que os produtores liberrassem o cascalho para ajudar o Município a recuperar as estradas e vou continuar a defender os pequenos produtores”, concluiu.

DEVOLUÇÃO

Município devolverá recursos do PELC para o Governo Federal



Programa ia atender os Distritos de Progresso, São Joaquim do Boche e San Diego

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Durante a sessão legislativa em que foram escolhidos os membros da Comissão Especial de Investigação (CEI) que apurará as denúncias apontadas na não efetivação do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em Tangará da Serra, os vereadores aprovaram uma rubrica para que o dinheiro depositado pela União ao Município retorne aos cofres do Governo Federal. De acordo com a ve-

readora Azenate Fernandes Carvalho (PSD), a expectativa é que o montante seja devolvido o quanto antes. “Provavelmente isso acontecerá em breve, pois a Câmara aprovou a abertura de uma rubrica no orçamento para que isso aconteça”, confirmou a parlamentar, destacando que os membros da CEI que apurarão as acusações do PELC se reunirão já nos próximos dias para definir as responsabilidades e cargos que cada um terá no processo de investigação. “Após isso, iniciam-se

os prazos para a instrução do processo. Depois teremos que notificar o prefeito, que terá dez dias para apresentar a defesa e arrolar as testemunhas. Após essa etapa, nossa comissão emitirá um parecer e posteriormente opinará pelo procedimento ou arquivamento”, disse a vereadora, explicando ainda que no parecer final será emitida procedência ou improcedência da acusação. O requerimento da CEI aprovada pelo Legislativo Municipal pede a investigação de eventual utilização de

recursos próprios da Prefeitura para pagamento de servidores aprovados do teste seletivo referente ao convênio PELC, utilização de recursos para pagamento de viagens de servidores até Brasília para tratar sobre o programa e ainda solicita a apuração da responsabilidade da não execução do projeto em Tangará da Serra, além de vários outros quesitos. Nas próximas edições, o DS trará maiores detalhes sobre a investigação proposta pelo Legislativo em relação ao projeto.